

## A Identidade do CEBES<sup>1</sup>

### The identity of CEBES

Reafirmamos os princípios expressos na Plataforma da Refundação do CEBES, e entendemos que este é um processo que apenas iniciamos, mas que já nos reposiciona na cena política de forma a poder participar da construção coletiva de uma direção política para a saúde e para a democracia brasileira. Entendemos que a identidade coletiva que nos agrega é a de uma instituição comprometida com o socialismo e, portanto com a radicalização da democracia, o que requer participar da construção de uma nova correlação de forças na sociedade brasileira e também mundial, que permita um real deslocamento do poder em direção aos setores dominados e excluídos.

Entendemos que a democracia eleitoral e a defesa do estado de direito são imprescindíveis para permitir a aglutinação de forças e a construção de novos sujeitos políticos. No entanto, nossa perspectiva socialista vai além da democracia formal e requer uma verdadeira transformação nas relações de poder, o que não ocorreu com a mudança de regime político. O CEBES tem suas origens no movimento social de luta contra a ditadura e pela democracia, e seu lugar sempre foi o de pensar esta construção social a partir da democratização da saúde. Não sendo uma ONG nem um movimento social típicos, o CEBES se identificou sempre com um lugar da sociedade civil de onde se possa pensar criticamente a saúde e a sociedade brasileira e, desde esta análise de conjuntura, construir estratégias políticas transformadoras, difundi-las e buscar agrupar forças sociais capazes de impulsionar este processo de transformação.

Para tanto, conta com pouco recursos, não sendo um partido ou um grupo acadêmico de produção de conhecimentos, mas considera fundamental usar os conhecimentos e saberes para demarcar este lugar de um pensamento de esquerda, que tensione o espectro político mais tradicional e cobre mudanças institucionais e societárias. Por não ser um grupo de origem corporativa o discurso do CEBES deve cobrar a universalidade, reivindicando um projeto coletivo de reforma sanitária que transcenda interesses, que, embora justos são particularistas, exigindo a transformação da democracia atual em uma democracia substantiva.

### AUTONOMIA E INSERÇÃO

O desafio atual é o de manter-se como uma organização autônoma, desvinculada do Estado, ao mesmo tempo em que buscamos inserir nossas bandeiras na arena política, conquistando aliados dentro e fora do Estado.

---

<sup>1</sup> 1ª. Reunião de Planejamento Estratégico no Sítio Pedras Negras em 28 / 04 / 2007. PARTICIPANTES: Ana Costa; Ary Carvalho de Miranda; Assis Mafort; Francisco Braga; Fuad Zamot (consultor); Lenaura Lobato; Ligia Bahia; Lígia Giovanella; Luciana Sucupira; Luiz Neves; Maria Gabriela Monteiro; Mario Scheffer; Paulo Amarante; e Sonia Fleury.

A preservação da autonomia necessária é difícil, na medida em que necessitamos de apoios políticos e materiais de órgãos estatais, para estruturarmos uma base material minimamente eficiente e que assegure a eficácia de nossas ações. No entanto, consideramos que esta relação de apoio não pode se configurar como dependência política e temos convicção que seremos capazes de enfrentar este desafio.

Por outro lado, é importante reconhecer que nossos companheiros alcançaram chegar aos núcleos decisórios governamentais e que é nosso dever apoiá-los e criar condições de sustentabilidade das medidas políticas que consolidem a reforma sanitária. Mas, por mantermos a autonomia entre sociedade civil e Estado, temos que enfrentar as dificuldades inerentes à permanente postura crítica que é necessária para fazer a reforma avançar.

As condições para tanto são mais favoráveis agora que em outros momentos anteriores, considerando o fato de termos como dirigente do Ministério da Saúde um companheiro que coloca nossas posições no seio do debate político. Em pouco tempo, sua gestão foi capaz de reinserir a saúde como tema da sociedade (aborto, bebida, prevenção), do governo (soberania em relação a multinacionais, separação Igreja e Estado, saúde como investimento) e em relação ao mercado (patentes, preços de monopólio), para mencionar alguns aspectos. Somos solidários e apoiamos estas iniciativas, mas reconhecemos que os limites para algumas das propostas encaminhadas serão dados pela base de sustentação e orientação ideológica e econômica deste governo.

Por isto, nossa autonomia será imprescindível para inserir nossos interesses e também para cobrar posições governamentais em relação a pontos nevrálgicos, nos quais a universalização da saúde seja ameaçada por medidas econômicas que sigam retirando recursos da saúde – como a preservação da DRU, seja por medidas reformadoras que signifiquem redução de benefícios para a população mais pobre – como algumas medidas propostas na reforma previdenciária -, seja ainda pela ausência de uma proposta coerente de reforma do Estado na qual se defina uma política para o funcionalismo público que assegure carreiras dignas e combata clientelismo, corrupção e troca de favores, em detrimento da saúde da população.

Nossa capacidade de inserção de nossas estratégias na arena pública não depende de nossa adesão ao governo, mas de nossa capacidade de fortalecer alianças na sociedade civil que garantam sustentabilidade às propostas que defendemos.

Neste sentido, vemos como imprescindível nossa articulação mais orgânica com a rede de organizações, movimentos e partidos políticos que possam revitalizar a sociedade civil em torno das questões sanitárias.

### ESTRATEGIAS: UMA PRIMEIRA APROXIMAÇÃO

Consideramos que só poderemos ganhar o apoio da população para a defesa do sistema de saúde se conseguirmos que ele funcione pra valer, de forma humanizada e sem discriminações, com ações que sejam eficazes e efetivas no acesso e utilização dos serviços. Portanto, temos claro que a construção, cotidiana e permanente, de um SUS de qualidade é nosso ponto focal. Desde esta trincheira podemos lutar para que a democracia seja aprofundada. Enfrentar a desigualdade no acesso e atendimento, a drenagem de recursos públicos para o setor privado, a necessidade de melhorar a qualidade do atendimento e de colocar o usuário cidadão como o centro do SUS; esta é nossa bandeira.

Para tanto, devemos manter o instrumento permanente da análise de conjuntura política, por meio do qual podemos analisar o campo de lutas, os atores e suas arenas e estratégias. Desta forma, estaremos em melhores condições para definir nossas alianças, escalonar prioridades em relação a manifestações e participações do CEBES, não permitir que a organização seja usada para apoio a causas que sejam ou particulares ou confrontem com nosso ideário, impedir o aparelhamento político e partidário dos núcleos e espaços do CEBES, atuar em conjunto com outras forças sociais para dar a direção política da saúde na perspectiva da radicalização da reforma e da democracia.

Em cada espaço que ocuparmos temos a obrigação de exercer a crítica a instituições e normas que, mesmo que tenhamos sido favoráveis a sua criação, demonstrem sua inoperância ou desvirtuamento na conjuntura atual. Revisitar os mecanismos decisores e participativos, repensar as relações entre instâncias governamentais, discutir a articulação da saúde com outras políticas públicas, em especial na perspectiva de efetivação da Seguridade Social, são nossos objetivos estratégicos.

Particularmente, neste ano devemos dar prioridade a nossa participação no Congresso da ABRASCO, ALAMES e IHPS, marcando nossa presença política, divulgando nossa plataforma e estratégia e construindo uma rede de alianças sólidas com outros atores sociais. Para tanto, precisamos fortalecer nossa linha de comunicação, com a retomada da Revista Saúde em Debate, da coleção de livros, fortalecimento do boletim e desenvolvimento de uma página eletrônica que permita nossa interação com os associados e simpatizantes.

Outra ação estratégica se concentra na discussão sobre a metodologia e o temário da XIII Conferência Nacional de Saúde. Vamos discutir o que ocorreu até aqui com este poderoso instrumento de formação da vontade política, com vistas a seu aprimoramento e melhoria da sua eficácia.

Este são os compromissos atuais do CEBES, aos quais se junta a necessidade de resgatar a história da reforma sanitária, desde a perspectiva das lutas da sociedade civil organizada, da qual o CEBES é partícipe e detentor de um enorme acervo que necessita resgatar e divulgar. Consideramos que estamos no caminho correto pois estamos sendo capazes de desenvolver um trabalho de equipe, criar espaços de interlocução com outros atores, participar nas várias frentes onde a sociedade civil se representa – como o Conselho Nacional de Saúde, aglutinar pessoas de diferentes formações, posições e gerações em torno do debate da conjuntura, nos posicionarmos em relação a temas controversos, enfim ampliar a esfera pública comunicacional no campo da saúde.

Estamos certos que este é apenas um começo e que muito mais poderá e deverá ser feito, na medida em que formos capazes de mobilizar mais energias e recursos para ampliação do escopo da democracia atual.